

O Dinossauro

Ives Gandra da Silva Martins

Raramente li um livro com tanta satisfação quanto o escrito por José Osvaldo de Meira Penna, intitulado "O Dinossauro", a análise lúcida, inteligente e culta da realidade mundial e brasileira, à luz do papel do Estado, da participação da sociedade e da exploração de uma casta de intelectuais de variada função e conhecimento, merece encômios, posto que tão abrangente abordagem, de temas tão diversos não perde unidade, antes demonstra que, sem uma visão unitária de tais aspectos, é impossível a formulação de uma teoria monolítica sobre o complexo fenômeno.

O exame da teoria romântica de Rousseau ou perversa de Hobbes, que na crença de um homem nitidamente defeituoso não tirou as conseqüências de correção possível, ou do utilitarismo de Bentham, a quem o mínimo ético apenas ofertava a estabilidade necessária à sua percepção do homem, assim como do racionalismo de Mill ou do pragmatismo lírico dos filósofos americanos, leva-o às 4 figuras marcantes da única ordem política possível, que são Locke, Montesquieu, Burke e Tocqueville.

Pessoalmente, identifico-me mais com os dois primeiros, os verdadeiros construtores da separação de poderes, ao permitir que o poder controle o poder, em face da pouca confiabilidade do homem em seu exercício, nada obstante já se encontre em Aristóteles tal intenção, como bem acentua Carré de Malberg (*Contribution à la théorie generale de l'État*).

O certo é que o livro é um autêntico tratado sobre os diversos aspectos do Estado Moderno, à luz da Filosofia, Sociologia, Direito, Psicologia, Economia e Estudos Antecipatórios, com admirável compreensão de uma realidade que a grande maioria dos "intelectuais" segmentários pátrios não consegue atingir, à falta da cultura humanista para se aprofundarem na essência das questões fundamentais, que espicacam a nova ordem internacional, na qual o Brasil se insere.

Os 3 capítulos fundamentais do livro (O Estado Racional e o Estado Romântico, o Estado Burocrático patrimonialista e a velha Nova Classe) têm a indicação gráfica que me lembra o título do livro de Irving Fischer "Teoria do Juro determinada pela impaciência de gastar e a oportunidade de investir". Tanto um quanto o outro são tão precisos que os textos apenas confirmam a nítida explicação que sugerem.

Em sua conclusão apresenta o Brasil, como uma sociedade liberal conservadora, perorando que:

"Uma de nossas conclusões finais, por conseguinte, é que a problemática de filosofia política que nos interessa não se coloca mais no sentido de uma dicotomia jacobina entre esquerda e direita, nem tampouco na velha antítese entre liberais e conservadores, e menos ainda no sangrento conflito da década dos trinta entre nacionalismo 'fascista' e socialismo internacionalista. A polêmica de nossos dias é diversa. É a que opõe os neoliberais, de um lado, interessados em reduzir o poder açambarcador do Estado de massas, e os social-estatizantes do outro — os primeiros estimulados pelas perspectivas de um mundo cosmopolita, aberto à iniciativa privada de desenvolvimento imprevisível; e os segundos confiantes ainda na relevância de um planejamento 'construtiva' em termos de manutenção da estrutura do Estado — não soberano, fechado e legitimado pela ideologia nacional-socialista".

Nada mais se precisaria dizer a respeito dessa realidade nacional a caminho de confronto no porvir, a partir da não percepção de uma realidade futura, em que seus fatores desestabilizadores comandam a "política" ou a "falta de política", daqueles que constituem, na minha opinião, a "nova classe ociosa", ou seja, os governantes e burocratas.

O primeiro deles — em nível de uma Federação

deformada, em que o país não é um Estado Federativo, mas um Estado Unitário Tripartido, no qual cada esfera do poder não age na busca do interesse nacional, mas de seus peculiares e reduzidos interesses — é o de que não há Poder Executivo Federal com um projeto nacional. O Executivo Federal é impotente até na administração da crise e espalha mais intranquilidade que soluções para a sociedade trabalhadora, que entendendo seja constituída de empresários, empregados e profissionais liberais.

O segundo elemento é a incompetência e a omissão do Poder Legislativo que, sobre outorgar uma carta suprema dependente de regulamentação em mais de 200 dispositivos, retrógrada, conflitante e ordinarizada, dá-se ao luxo de não regulamentá-la, provocando conflitos adicionais de convivência do Direito Intertemporal entre a antiga e a nova ordem.

O terceiro elemento é a visão regionalista de governantes de Estados e municípios, preocupados em equacionar os problemas deles, governantes, e se possível do povo, mesmo que à custa da nação e de um projeto nacional.

O quarto elemento é ter o país se transformado em um país pluriesquerdista e não pluripartidário, sob o domínio da esquerda envergonhada do PMDB, da esquerda ressentida do PSDB, da esquerda alucinada do PT e da esquerda matreira do PDT, com o que sua proposta para o país é antiga e ultrapassada e assim seria considerada em todos os países capitalistas e socialistas visto que acreditam ainda no papel do Estado, como promotor do Bem-Estar Social e empresário lúcido nada obstante o sepultamento desta visão no mundo inteiro, inclusive no Brasil.

O quinto elemento desestabilizador é a "ditadura do servidor público", que assola o país, com direito à greve ilimitada e à estabilidade ilimitada, de maneira que, quanto menos produz, mais reivindicar, tornando a máquina administrativa inchada e o "déficit" público inflacionário. Os servidores públicos no Brasil são mais servidos pela sociedade do que a servem.

E o último elemento é a evidente confusão em que permanecem as lideranças empresariais, que se digladiam entre os que vivem à custa do Estado — e querem-no inchado e contaminado — e os que acreditam no neoliberalismo e pretendem reduzir o Estado à sua dimensão real, obrigando-o apenas a administrar justiça, dar segurança pública, educação, saúde, previdência e assistência social, sobre ter instrumentos de repressão ao abuso de poder econômico, no estilo do "Shermann and Clayton Acts" nos Estados Unidos.

Tais aspectos são elementos da perturbação no desvencilhar o país da crise e merecem ser refletidos, como fez, de forma superior, o admirável embaixador Meira Penna. "O Dinossauro" é, portanto, leitura obrigatória para quem quer efetivamente integrar-se num projeto nacional e não iludir-se como o rei da fábula, que pensava estar vestido com admirável veste, mas que não a via porque não estava vestido.

Sem a inocência do menino da história infantil, mas com a sólida cultura de um verdadeiro intelectual, Meira Penna demonstra que o rei está nu, mas, mais do que isto, que toda a casta de intelectuais e burocratas também estão nus e sua nudez é tão medonha que não pode ser sequer retratada com os traços nobres de um David ou os opulentos de Fragonard ou Rubens. Talvez possam retratar somente traços, que exteriorizem a miséria cultural dessa velha nova classe, tal como as figuras esqueléticas e retorcidas das pinturas de Portinari.

Ives Gandra da Silva Martins é professor titular de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e presidente da Academia Internacional de Direito e Economia.